

TERRITÓRIO DA VIDA CAMPONESA: ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA-SP¹

Ana Lúcia Teixeira

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia na FCT-UNESP
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) - FCT/UNESP
Membro do grupo de pesquisa Ruralidades, Habitat e Cidadania - FCT/UNESP
Bolsista FAPESP
ana.lucia_teixeira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As discussões apresentadas neste artigo têm por objetivo subsidiar a pesquisa sobre o campesinato no assentamento Nova Conquista, localizado em Rancharia/SP. Conduziremos nossas reflexões na tentativa de construir a partir de Raffestin, Saquet e Fernandes uma abordagem do conceito de território, que nos auxilie no momento de analisar o arranjo territorial do assentamento em diferentes escalas e dimensões, buscando atingir as primeiras necessidades do projeto: “geografia da vida camponesa” apresentado ao programa de pós-graduação em geografia da FCT/UNESP.

Além da discussão teórica construímos a partir de nossas experiências empíricas apoiadas pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, uma breve discussão das características centrais do Assentamento Nova Conquista, localizado na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. Para construir ainda que de uma forma preliminar, a definição de “Território da Vida camponesa” perpassamos o debate paradigmático além de buscar compreender as origens do território a partir do movimento socioterritorial MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Ao examinar os distintos modelos de **relação** e ainda os elementos que a compõe, pautado numa reflexão denominada pela economia, como mercado, Raffestin explica o porquê em se falar do tempo e do espaço como um ponto de apoio para os homens “aplicar a alavanca que aciona o poder e por ali modificar as situações reais no sentido que se queira” (RAFFESTIN, 1993, p.34).

Embora os “quadros explicativos”, ou seja, os exemplos utilizados pelo autor para abordar o universo das relações sejam da economia, o autor explica, que sua concepção não é econômica visto que coloca como axioma de base que “toda relação, no que se refere ao seu conteúdo, é ‘política’, visto interessar e concernir realmente, ou virtualmente, a todo ser que pertence à coletividade ou a uma dada coletividade”, ou seja, a partilha desigual de bens e serviços a partir de um conjunto de critérios que determinam o excesso para alguns e a abastança para outros.

¹ Este artigo é resultado do trabalho final para a disciplina “Teoria dos territórios e da questão agrária”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT/Unesp, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, no segundo semestre de 2013.

Ainda sobre os elementos que compõe a relação evidenciamos dois tipos desta: simétrica ou dissimétrica. Na relação simétrica temos o impedimento do crescimento de uma organização ou estrutura em relação à outra, caracterizando uma “equivalência real” em que as necessidades do Outro é reconhecida. No entanto, a relação dissimétrica favorece a destruição de uma estrutura por outra, e reconhece apenas as próprias necessidades, (RAFFESTIN, 1993, p.34-36). O autor distingue dois tipos de atores coletivos: ator sintagmático e ator paradigmático. Resumidamente o ator sintagmático “manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo” sendo todas as organizações da família ao Estado atores sintagmáticos na concepção de Raffestin. Já o ator paradigmático deriva de uma “divisão classificatória com base em critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado”. (RAFFESTIN, 1993, p.40-41).

Aproximando-se do término da análise dos elementos que compõe a relação, o autor inicia a discussão sobre o poder, nos revelando que os perigos da dissimetria seriam menores se não houvesse uma finalidade de crescimento de um dos pólos da relação, afirmando ainda que, “a dissimetria é o feito do poder. O poder é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto” (RAFFESTIN, 1993, p. 50). REVISAR A QUESTÃO DE 2 PONTOS FINAIS EM TODOS OS TEXTOS.

Verificamos que o termo **poder** é dotado de ambiguidades e multidimensionalidades, pois de acordo com o autor, toda relação torna-se o ponto de surgimento do poder e a importância das finalidades é revelada pela intencionalidade, Raffestin nos revela ainda que “a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”. (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Na leitura de Raffestin, o poder tem por objetivo a dominação não apenas sobre os homens como também sobre as coisas, em que a população, o território e os recursos constituem-se em trunfos do poder. A população encontra-se na origem de todo poder, enquanto o território é a cena do poder e de todas as relações e os recursos na concepção do autor, direcionam ou determinam o alcance da ação.

Se de acordo com Saquet (2007, p. 33) a compreensão das relações de poder alteram os significados de território, observamos as contribuições de Foucault (1979) utilizado por Raffestin para trazer o que ele denominou de natureza do poder e não uma definição deste, contribuindo assim para o conceito de território elaborado por Raffestin e outros autores. Saquet destaca que “o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana” como exemplo, temos as relações de poder dentro das famílias, do lugar de trabalho etc. (SAQUET, 2007, p.32).

O território, um dos trunfos do poder, é abordado por Raffestin (1993, p.144) como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” ainda na concepção do autor “o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Sobre a produção de territórios em

diversas escalas verificamos tanto o território organizado pelo Estado como por empresas e pelo indivíduo que constrói uma casa ou um quarto, nesse sentido “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios”. (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Raffestin (1993) traz importantes contribuições para este trabalho, na medida em que, nos revela a compreensão do que é relação e, posteriormente, do que é poder, essencial para o entendimento de território. O território é um trunfo do poder sendo a relação de poder algo intrínseco ao território.

Marcos Saquet em obras publicadas em 1993 e 1994 baseia-se em Henri Lefebvre para elaborar concepções acerca do conceito de produção social do espaço. Saquet (2007) em seu livro “Abordagens e concepções de território”, nos revela que naquele momento o território era um conceito secundário e que a partir desses estudos o autor indica as relações materiais da formação do território, utilizando o conceito numa concepção areal. (SAQUET, 2007, p.127).

O autor elabora no ano 2000 as bases para uma abordagem (i)material e concebe o conceito do território como “produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas”. Utilizando como referências: Raffestin, Haesbaert e Souza entende que, através do exercício do poder os territórios são produzidos espaço-temporalmente e que este poder é exercido por um grupo ou classe social, enfatizando as territorialidades cotidianas. (SAQUET, 2007, p.127).

A dupla dimensão do homem compreendido no contexto da natureza como social e na sociedade como natural traz a ideia do homem como multidimensional. Saquet entende a territorialidade como “as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2007, p.129). Em Saquet (2009) verificamos um esforço do autor em diferenciar minimamente o território do espaço, enfatizando três processos que estão na base da diferenciação:

a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-] materiais) como uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), Sack (1983-1986).(SAQUET, 2009, p.82).

O autor nos revela que a diferenciação entre espaço e território é uma questão de método e que apesar de ser necessária é fundamental reconhecer que “espaço e território não estão separados: um esta no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território”. (SAQUET, 2009, p.83).

Fernandes (2008) nos revela sobre a construção de um conceito que “quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada

intencionalidade, por meio do método e da teoria”. (FERNANDES, 2008, p.277). Fernandes separa, a partir de sua intencionalidade, espaço de território, todavia reconhecendo que um está no outro, leva em consideração a multiescalaridade, multidimensionalidade, trabalha também como a materialidade e a imaterialidade, com território fixo e fluxo.

Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos nas tomadas de decisões. (FERNANDES, 2008, p.279).

Fernandes afirma que cada território é uma totalidade e que os territórios são diferenciados pelas escalas geográficas e relações sociais. Verificamos que as totalidades na sua concepção são multidimensionais, pois relacionam as dimensões política, econômica, social, ambiental, cultural etc.

O autor propõe uma tipologia dos territórios com uma ordem em que o primeiro território é o “espaço de governança da nação” que contém outros territórios produzidos por relações das classes sociais (Estados, departamentos, municípios, etc). O segundo território é constituído pela propriedade que pode ser particular ou comunitária. O terceiro território é o “espaço relacional” considerado pelo autor a partir de suas conflitualidades e que reúne todos os tipos de território, unindo propriedades fixas e móveis o que promove o movimento tanto de “expansão como refluxo”. (FERNANDES, 2009, p.207-210).

Nas discussões acerca do território material e imaterial, Fernandes revela os mesmos são indissociáveis e, ainda, a questão do território, ao resgatar a questão das classes sociais, trazem as análises das conflitualidades. Ao propor uma tipologia dos territórios, o autor supera uma discussão centrada apenas na definição do conceito de território para definir quais territórios. (FERNANDES, 2009, p.205).

Tomando por base as contribuições dos três autores temos, portanto, o **território da vida camponesa**, produzido através de relações dissimétricas em que as relações de poder vão além da atuação do Estado, produzindo territórios também a partir da família e de como ela se relaciona com o espaço através do tempo. O território da vida camponesa tem em seu cerne as conflitualidades e a luta de classes, pois surge dos embates entre latifundiários e camponeses. É multidimensional, pois contempla dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais, é produzido por relações sociais e produz novas relações, novos territórios abrangendo portanto diversas escalas.

O DEBATE PARADIGMÁTICO

Nossas pesquisas fundamentam-se na relação teoria-realidade. Para tanto, a respeito da teoria, muitas vezes a prática recorrente na academia é estabelecer um diálogo com determinados

autores, todavia, não é realizada uma pesquisa a respeito de seus posicionamentos dentro do contexto da temática por eles apresentada. Recorremos então a um questionamento que nos motiva na redação deste artigo: qual a importância de estudar os conceitos de camponês e agricultor familiar no debate paradigmático?

De acordo com Fernandes (2013) as discussões a respeito dos conceitos dentro do debate paradigmático nos revelam os posicionamentos dos autores e suas intencionalidades a respeito do modelo de desenvolvimento defendido. Compreender um coletivo de pensamento ou um paradigma é como buscar desde a raiz ou a gênese das reflexões de cada autor e de cada coletivo. A busca por essa compreensão nos capacita para o diálogo com a teoria.

O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. (FERNANDES, 2013, p. 68).

Compõe o debate paradigmático pertinente as reflexões do território camponês, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Fernandes (2013) compreende a questão agrária como uma questão produzida por um sistema político econômico hegemônico, todavia, adverte que não é somente um problema do capitalismo, mas também de sistemas que historicamente não apenas subalternizaram como também provocaram destruição do campesinato. Portanto, na concepção do autor houve uma questão agrária nas sociedades escravistas, feudais e também na socialista. O PQA contempla os debates acerca da resistência, subalternização, expropriação e desigualdade acerca do campesinato. Dentro do PQA temos a tendência proletarista (rompimento com a agricultura camponesa e com o capitalismo) e a tendência campesinista (luta de classes, desigualdade, diferenciação e recriação de relações não-capitalistas).

O PCA tem como ponto central o modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento territorial rural é compreendido a partir desse modelo. O paradigma do capitalismo agrário não aborda a conflitualidade, fruto dos embates entre as classes sociais. Dentro do PCA temos as tendências da agricultura familiar (responsável pela formulação de algumas políticas públicas) e a tendência do agronegócio, que contempla um sistema completo formado por latifúndios, grandes empresas e apoio do governo com políticas voltadas para o setor.

No PQA há o entendimento da subalternidade do camponês ao capital, que no paradigma do capitalismo agrário, é chamada de “integração”. Dentre os autores que poderíamos citar dentro do PQA temos então: Kautsky, Lênin, Chayanov, Shanin, Martins, Oliveira e Fernandes etc. Apesar da existência dos demais autores, utilizaremos apenas parte deles neste trabalho.

Em relação à obra de Kautsky, “A questão Agrária” de 1899, considerada de extrema importância para o PQA, verificamos que, esta apresenta elementos das duas tendências do paradigma em questão, sendo elas a tendência proletarista e camponista, entretanto, o livro termina com um “olhar para o futuro” direcionado a tendência camponista. Sobre esta obra, Fernandes (2013, p. 234) nos revela que, Kautsky “projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista”, e que dentro deste contexto o camponês tende a sujeição e a proletarização dentro do sistema capitalista e ao Estado no socialista.

Kautsky (1968) apresenta as três formas sob as quais a “pequena exploração agrícola independente” subsiste,

[...] se mantém mediante ganhos acessórios de ordem industrial, mediante o trabalho assalariado nas grandes empresas agrícolas. Nos lugares em que faltam esses dois recursos, onde o pequeno camponês continua sendo simplesmente lavrador, em que se opõe à grande exploração não como operário, mas como concorrente, ela sobrevive a custa do supertrabalho e da subalimentação, *pela barbárie*, como disse Marx. (KAUTSKY, 1968, p. 324)².

Dentro das questões referentes ao capitalismo na agricultura, evidenciamos na obra de Kautsky o desaparecimento do campesinato ou a cooperação entre os camponeses como forma enfrentamento dos avanços do capitalismo no campo. De acordo com o autor “a grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará ao inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta”. (KAUTSKY, 1968, p. 325).

Na apresentação do livro de Chayanov, Archetti nos revela aspectos da obra e vida do autor. Numa Rússia com 85% da população no campo, cujo modo de produção camponesa de base mercantil simples predominava, Chayanov se dedicava aos trabalhos na “escuela para el análisis de la organización y producción campesina” que enxergava a necessidade de construir uma teoria que se baseava na ideia de que a economia camponesa não era tipicamente capitalista, pois não era possível determinar de fato os custos da produção devido a ausência de “salário”. O camponês utiliza sua força de trabalho, mas também a de sua família, percebendo um “excedente” como uma retribuição ao seu próprio trabalho e não como um ganho (“ganancia”). (CHAYANOV, 1974, p.08-09).

Archetti revela que para Chayanov o trabalho do camponês segue com a finalidade de satisfazer suas necessidades, assim definimos que o núcleo principal de sua teoria passa a ser o balanço que há entre consumo familiar e exploração da força de trabalho. Chayanov verificou que dentro dos estudos econômicos, quando se tratava da economia camponesa, os métodos de contabilidade utilizados eram fracos ou inconsistentes, deste ponto acreditamos que decorre sua importante contribuição.

O PCA entra no Brasil a partir da década de 90 num contexto de políticas neoliberais. Sobre a hegemonia neoliberal e a crise neoliberal, Sader (2009) nos oferece em seu livro “A nova

² A citação refere-se a obra de Kautsky na edição francesa.

toupeira” reflexões caríssimas ao entendimento não apenas da importância das revoluções na América Latina comendo um resgate histórico do continente, como também oferecendo alternativas aos problemas apontados. Sader descreve o modelo neoliberal da seguinte maneira,

Instalava-se um novo bloco no poder, hegemônico pelo capital financeiro, agora aliado aos grandes grupos exportadores, e como um novo protagonismo dos agronegócios, sobretudo da soja. O ponto mais frágil das alianças passou a ser sua débil capacidade de criação e reprodução de bases populares de apoio. O novo bloco conseguiu incorporar setores da classe média alta reciclados para os processos de globalização da economia, provocando grande fratura nas camadas médias [...].(SADER, 2009, p.59).

O autor aponta como “calcanhar de Aquilil” do modelo, o fato de que o processo de acumulação financeira não conceber bases sociais de apoio para tornar-se alicerce da sua reprodução, Sader verifica que “a reprodução do capital fictício não distribui renda” e que, portanto, acentua uma relevante concentração de renda. As transformações nas relações de poder ganham relevância na medida em que foram transformadas, pois passam a “concentrar-se nos monopólios relacionados à terra - agora voltada para a exportação do agronegócio - , aos bancos, à mídia e as grandes corporações industriais e comerciais”. As dificuldades de construir projetos alternativos é um elemento presente no século XXI, e o futuro da América Latina de acordo com Sader depende em muito dos governos e seus protagonismos em relação a processos de integração regional, resistência à políticas de livre comércio com os Estados Unidos ou “avançam na direção da construção de um modelo pós-neoliberal ou o flexibilizam, desenvolvendo políticas sociais contrapostas a seu deliberamento”. (SADER, 2009, p.60-64).

É importante ressaltar que a obra de Sader não contempla o governo Dilma, o autor nos revela que o “pós-neoliberalismo elege diferentes graus de negação do modelo, mas não ainda um novo modelo”. (SADER, 2009, p.64). Realizado o contexto no qual se inseriu o PCA, verificamos que a obra de Abramovay “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” foi uma das teorias fundamentais dentro das discussões a respeito do conceito de agricultor familiar no PCA.

Abramovay realiza uma crítica a Lênin e Kautsky quando expõe que tais clássicos não conseguem abranger ou explicar os fenômenos contemporâneos. O autor estrutura em sua obra o conceito de “agricultura familiar” para denominar a agricultura que está “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais”. De acordo Abramovay, esta não pode de forma alguma ser considerada como camponesa. (ABRAMOVAY, 2007, p.31-33).

As discussões giram em torno da agricultura incorporada ao desenvolvimento capitalista. No capítulo “Diferenciação ou identidade: quando o saco de batatas para em pé”, Abramovay aponta em relação a Lenin e Kautsky que estes elaboram sua teoria dialogando com militantes de um partido marxista e que Chayanov, por sua vez, elabora seu pensamento em contato com “extensionistas rurais de seu tempo”. A partir deste apontamento, e com base no contexto

neoliberal abordado por Sader, nossas inquietações convergem para a seguinte questão: não estaria Abramovay expressando em sua obra exatamente uma conjuntura contemporânea?

Divergimos das ideias de Abramovay na medida em que consideramos as obras marxistas relatadas como uma análise também estrutural, todavia, não nos cabe aqui aprofundar tal questionamento, mas sim, ressaltar as características do debate paradigmático que contempla este trabalho e fornecer subsídios para que possamos posicionar o “território da vida camponesa” dentro do paradigma da questão agrária, todavia, não poderíamos deixar de compreender tal território também dentro do PCA.

Coca (2008) nos traz a abordagem de Alentejano (2003) e de Fernandes (2008) acerca da territorialização do campesinato. A partir de Coca (2008) verificamos que, Alentejano acredita que “a conquista do assentamento ainda não representa a territorialização da luta pela terra”, já Fernandes nos revela que “os assentamentos rurais constituem a territorialização do campesinato, na luta contra a subalternidade e a expropriação geradas pelo capital”. (COCA, 2008, p.22).

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O TERRITÓRIO DA VIDA CAMPONESA: ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA-SP

Fernandes (2005) nos revela as preocupações e contribuições dos sociólogos na construção do conceito de movimentos sociais, pois estes, visando explicar as ações dos movimentos, centralizam suas preocupações nas formas de organização e nas relações sociais. Reconhecemos as contribuições dos sociólogos, entretanto, todos os elementos citados (ações, relações sociais, formas de organização) acontecem no espaço. Dessa forma, Fernandes deixa claro que para realizarmos uma análise geográfica é necessário irmos além das inquietações com estes elementos e compreendermos a produção de espaços e de territórios por movimentos sociais.

Fernandes (2005, p.30), concebe então dois conceitos: o de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, revelando que todos os movimentos são socioespaciais até mesmo os socioterritoriais, pois o autor toma como base as formulações de Lefebvre (1991), que afirma que “o território é construído a partir do espaço”.

Compreendemos então que “movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência”. Os movimentos socioespaciais não são sujeitos reivindicando um território material e como exemplos verificamos então o caso das ONGs que são agências de mediação. (FERNANDES, 2005, p.31).

Ao esclarecer que movimento social e movimento socioterritorial são o mesmo sujeito, Fernandes (2005) revela o seu entendimento sobre movimentos sociais, que de acordo com o autor, “são os sujeitos ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com o objetivo de transformação da realidade”. Ou seja, na concepção do autor os movimentos sociais são qualquer

grupo de pessoas que se articulem com determinado fim e pode existir com um único posicionamento político (direita ou esquerda). (FERNANDES, 2005, p.11).

O conceito de movimentos sociais utilizado por Pedon (2013) refere-se, a um determinado “tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseada nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder manifestados na forma de território”. (PEDON, 2013, p.11).

O movimento socioterritorial MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem um papel fundamental na luta pela terra e na produção do território da vida camponesa dos assentamentos rurais. Pedon (2013) nos revela que,

O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas excluídas e subordinadas. Para compreendermos essa mudança é fundamental considerar uma nova realidade, materializada a partir das experiências construídas por esses trabalhadores que não tem acesso a moradia e à terra, assumindo, assim, a condição de trabalhadores sem-teto e sem-terra”. (PEDON, 2013, p.196).

A partir de Fernandes (2000b), Pedon (2013) verifica que o surgimento dos movimentos socioterritoriais ocorre a partir da sua capacidade de articulação e de seu grau de organização. Ao estabelecer uma agenda ocorre uma “amarração” entre os dois componentes do movimento. A formulação da agenda, por sua vez, caracteriza-se por três momentos: comunicação (na qual os sujeitos socializam valores e ideias através de reuniões), “espaço interativo” (trocas de experiência e conhecimentos, fundamental para o processo de aprendizagem) e os “espaços geradores de sujeitos” (momento de construção, de reflexão e definições acerca de experiências, estratégias e objetivos). Ambos os elementos são cruciais para a formação dos movimentos socioterritoriais. (PEDON, 2013, p.199).

A partir da luta pela terra desempenhada pelo movimento socioterritorial MST na região do Pontal do Paranapanema, em Outubro de 1998, ocorre o assentamento definitivo de 104 famílias no **PA Nova Conquista**. O assentamento possui 77 lotes localizados no município de Rancharia e 27 no município de Martinópolis. A partir da desapropriação das fazendas: Faxinal, Matão e São João da Mata, ocorre a transformação do latifúndio em um novo território, o território da vida camponesa.

A organização do espaço geográfico modifica-se na medida em que ocorre a demarcação dos lotes e o assentamento de muitas famílias. A sobrevivência no lote é o início de uma nova luta, a luta na terra, esta, em sua dimensão econômica, é realizada na maioria dos lotes pelo desempenho de várias atividades. A produção de leite para comercializar com o laticínio Ipanema, em Rancharia, garante uma renda mensal, todavia, a agricultura constitui-se numa atividade importante na medida em que fornece alimentos também para o autoconsumo.

O cultivo de estufas é uma atividade realizada em muitos lotes, que requer os cuidados de toda a família nuclear, além do planejamento do escoamento da produção e de uma negociação

com os “pontos de entrega”. As famílias que cultivam estufas participam de pequenas associações familiares para facilitar o escoamento e a comercialização da produção. A autonomia que os camponeses adquiriram a partir da conquista de seu lote traz o território como um leque de possibilidades e de realizações:

[...] estou eu aqui no meu lote, que eu amo muito [...] aqui fiz tudo do meu jeito, tudo aqui eu gosto, e é assim, vai desmanchar? Eu não preciso pedir opinião de ninguém, estou no que é meu, posso desmanchar no momento em que eu quiser e “fazer” onde eu quero. (Camponesa do assentamento Nova Conquista, Janeiro de 2014).

O tamanho do lote dos titulares não possibilita a permanência dos filhos, pois a área média das parcelas (lotes) é de 18, 1 ha, e na visão dos camponeses é quase impossível viver mais de uma família nuclear apenas das atividades desenvolvidas neste território. Durante os trabalhos de campo, observamos que os filhos, com suas respectivas famílias, muitas vezes, construíam suas moradias dentro do espaço do terreiro, próximo a moradia de seus pais, todavia é essencial o trabalho fora do assentamento.

A maioria dos filhos dos camponeses do Nova Conquista que decidiram permanecer no assentamento desempenham trabalhos para a Fazenda Bartira, ora trabalham em atividades agrícolas, como no cultivo da Seringueira, ora como empregados na Usina Athena (também localizada dentro do latifúndio). Todavia, a autonomia garantida pelo trabalho dentro do lote, perpassa o desejo de muitos deles, fazendo alguns deles trabalharem por um bom tempo neste latifúndio, propiciando a compra de um lote para sobreviver do trabalho na terra.

A organização dos elementos do lote (infraestrutura) são realizados para atender as necessidades da produção e da família. O curral, localizado entre o terreiro e o pasto, a cana-de-açúcar plantada em volta das estufas para protegê-las do vento, são formas de organização dos elementos do território oriundos de um “saber-fazer” adquiridos através do tempo, com as experiências dos pais agricultores ou até mesmo de companheiros de luta.

O sofrimento enfrentado no “massacre de Getulina”, (despejo violento no acampamento na fazenda Jangada em Getulina) em 1993, tornou-se um elemento forte de identidade entre os camponeses, as experiências compartilhadas propiciam uma “confiança”, necessária para a construção de experiências coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos realizar um ensaio teórico acerca da definição de território que utilizaremos para compreender as experiências empíricas no assentamento Nova Conquista. Buscamos apresentar o conceito de território que nasce de nossas pesquisas, que incorpora a contribuição de importantes teóricos da ciência geográfica, mas também nossas próprias construções acerca do que denominamos de “Território da Vida Camponesa”.

O território da vida camponesa em estudo é fruto da luta subsidiada pelo movimento socioterritorial denominado MST, que possibilitou a criação de um novo território a partir de latifúndios da região do Pontal do Paranapanema. Dentro da tipologia de territórios de Fernandes consideramos o Assentamento como segundo território, construído a partir de relações sociais, em que as diferentes histórias de vida (em suas múltiplas dimensões) culminam na perene luta pela permanência na terra, que constitui-se em parte fundamental da trajetória do camponês em diversas épocas.

A família camponesa do assentamento Nova Conquista, ao se relacionar com o espaço através do tempo, produziu e ainda produz o seu território, marcado pela multidimensionalidade e multiescalaridade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

CHAYANOV, Alexander. Vasilevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. Emir SADER (Org.). In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. _____ . **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA, n. 6, p.24-34, 2005.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Antônio Márcio BUAINAIN (Editor). In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LÊNIN, Vladimir. Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

PEDON, Nelson. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SADER, Emir. **A nova toupeira**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.